

Credores querem pressa no programa de ajustamento

A comunidade financeira internacional parece convencida de que o Brasil está perdendo a guerra contra a inflação e de que será impossível ao País crescer nessas condições. Se a mensagem transmitida pela diretoria executiva do FMI, na sua reunião de anteontem, dedicada à análise da situação econômica do Brasil, pudesse ser resumida numa única frase, ela seria a seguinte: cheguem logo a um acordo com a instituição e executem com urgência seu programa de ajustamento. Como alguns diretores executivos (representantes dos países membros do FMI) observaram, o excessivo gradualismo no combate a esse nível de inflação não funciona, e a experiência brasileira demonstra isso. Eduardo Wiesner, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental, já havia afirmado a mesma coisa num ensaio recentemente publicado em Washington.

Na reunião do dia 28, muitos diretores executivos citaram a Argentina como exemplo que deveria ser seguido pelo Brasil na área do combate à inflação. Nenhum deles pediu a desindexação imediata da economia brasileira como condição prévia para qualquer acordo, mas muitos deixaram claro que, para funcionar, o combate à inflação exigiria o desmantelamento do sistema de correção monetária, além de um forte empenho na contenção da demanda. O diretor saudita sugeriu que a ênfase deveria ser colocada na desindexação.

Em geral, as críticas no board do FMI foram moderadas, em parte porque as contas externas do País continuam apresentando bons resultados. Além disso, os diretores foram informados de que o governo Sarney, apesar das mudanças nos seus quadros, continuava interessado em chegar a um acordo stand by com o FMI e que enviaria missão a Washington no início de setembro para retomar o fio das negociações.

Nas suas intervenções, muitos diretores executivos reconheceram que houve ajustamento externo no País, mas não ajustamento interno, e isso, disseram, prova que o seu crescimento econômico não é sustentável.

Banqueiros americanos consultados por este jornal pensam da mesma forma. Estão alarmados com os últimos resultados da inflação e descrentes em relação às possibilidades de expansão da economia, mas dispostos a esperar um pouco mais para ver que caminho a nova equipe econômica seguirá. A expectativa não é favorável, porque muitos deles consideravam Francisco Dornelles e Antônio Carlos Lemgruber os principais defensores de uma linha mais austera, capaz talvez de lançar as bases de um crescimento sólido, a longo prazo. A renúncia de ambos seria indício de que suas posições não encontravam abrigo no Planalto e que agora será mais provável que o governo procure a saída fácil, mas ilusória, dos gastos públicos como estímulo para a economia.

Um dos diretores executivos europeus do FMI — que recebeu instruções de seu governo para ser mais duro com o Brasil — lembrou que o País precisa aumentar sua poupança interna, talvez adotando um esquema compulsório como o posto em prática pelo governo Alfonsín, na Argentina. Condenou também a frouxidão da política monetária e fiscal, e disse que o Brasil precisa integrar-se ao mercado mundial.

O diretor americano, tendo em vista as relações mais íntimas que existem entre os dois países, foi o mais cauteloso. Deixou que boa parte das críticas fossem feitas pela Alemanha e pelo Canadá.

Um deles perguntou aos técnicos do FMI, autores do relatório em que se baseou a discussão, por que motivo a folha de pagamento do setor público havia aumentado de maneira tão dramática. A razão dada foi que, no final do ano, o governo federal contratou muitos funcionários, promoveu outros tantos e elevou os salários reais. Em maio, foi a vez dos governos estaduais e municipais. O Staff confessou-se incapaz de dizer qual fator havia sido mais importante: se o aumento do salário real ou o aumento do número de funcionários.

A.M. Pimenta Neves, de Washington.